

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas a demonstração contábil regulatória	8



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.


Outros assuntos

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.169	19.084
Adiantamentos a fornecedores		22	-
Impostos a recuperar		560	74
Outros ativos circulantes		17	4
		<u>11.768</u>	<u>19.162</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	88.106	7.585
Outros ativos não circulantes		70	-
		<u>88.176</u>	<u>7.585</u>
		<u>99.944</u>	<u>26.747</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		45	50
Fornecedores - partes relacionadas	11	5	5
Tributos e contribuições sociais		80	46
Dividendos propostos	9	55	55
Outros passivos circulantes		191	66
		<u>376</u>	<u>222</u>
Passivo não circulante			
Debêntures - partes relacionadas	8	56.381	20.566
Outras contas a pagar - partes relacionadas	11	19	6
		<u>56.400</u>	<u>20.572</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		48.618	6.000
Reserva de lucro		-	55
Reserva legal		-	6
Prejuízo acumulado	9	(5.450)	(108)
		<u>43.168</u>	<u>5.953</u>
		<u>99.944</u>	<u>26.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Despesas gerais e administrativas		<u>(1.144)</u>	<u>(812)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>(1.144)</u>	<u>(812)</u>
Resultado financeiro	10	<u>(4.259)</u>	<u>827</u>
Receita financeira		<u>1.324</u>	<u>832</u>
Despesa financeira		<u>(5.583)</u>	<u>(5)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(5.403)</u>	<u>15</u>
Imposto de renda e contribuição social			(8)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u>(5.403)</u>	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(5.403)	(não auditado) 7
Total de resultados abrangentes	<u>(5.403)</u>	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		(Prejuízo)/ Lucro acumulado	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	1	(1)	-	-	-	-
Aumento e Integralização de capital em 14 de março de 2014 (não auditado)	6.000	-	-	-	-	6.000
Lucro líquido do exercício (não auditado)	-	-	-	-	7	7
Constituição de reserva legal (não auditado)	-	-	6	-	(6)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (não auditado)	-	-	-	55	(55)	-
Dividendos propostos (não auditado)	-	-	-	-	(54)	(54)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	6.001	(1)	6	55	(108)	5.953
Aumento de capital	42.617	(42.617)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	42.618	-	-	-	42.618
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.403)	(5.403)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(6)	(55)	61	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.618	-	-	-	(5.450)	43.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Atividades operacionais:		
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(5.403)	15
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	5.492	-
Impostos diferidos	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(485)	(74)
Adiantamentos a fornecedores	(39)	-
Outros ativos	67	(4)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(5)	55
Tributos e contribuições sociais	350	63
Impostos pagos	(468)	(46)
Outros passivos	150	93
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(341)</u>	<u>102</u>
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(88.309)	(7.585)
Baixa de imobilizado e intangível	7.788	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(80.521)</u>	<u>(7.585)</u>
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	42.617	6.000
Debêntures captadas	30.330	20.567
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>72.947</u>	<u>26.567</u>
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.915)</u>	<u>19.084</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>19.084</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>11.169</u>	<u>19.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “MRTE”), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 14 de novembro de 2013 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$11.599 e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014.

O projeto da Companhia consiste na construção, operação e manutenção de uma subestação de 440/138 kV, localizada no município de Três Lagoas/MS e de duas linhas de transmissão, circuito duplo, 440 kV, de aproximadamente 5 km que interligará esta subestação ao ponto de conexão com o sistema elétrico, localizado no município de Castilho, estado de São Paulo.

A companhia recebeu do IBAMA, em 23 de setembro de 2014 a Licença Prévia nº 492/2014, relativa a SE Mal. Rondon 440/138 KV LT 440 kV Três Lagoas/MS - Castilho/SP; com validade pelo período de 2 (dois) anos.

As obras da companhia compreenderão eixos: Eixo 1: LT 440 kV Jupiá - Getulina C1 - seccionamento Marechal Rondon e Eixo 2 - LT 440 kV Juiá - Taquarussu - seccionamento Marechal Rondon, que será implantado nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP.

Tendo apresentado todas as exigências do órgão licenciador, a companhia recebeu em 29 de dezembro de 2014 a Licença Ambiental de Instalação no 1.037/2014, também com validade de 2 (dois) anos.

A companhia está em fase de conclusão das obras e tem previsão de entrada em operação em abril de 2016.

1.2. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas, são as mesmas adotadas nas DFSs, as quais estão apresentadas na nota explicativa 4, exceto pelas práticas apresentadas a seguir.

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 7 – Imobilizado.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.2. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às DCRs tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		11.169	-	11.169	19.084	-	19.084
Adiantamentos a fornecedores		22	-	22	74	-	74
Impostos a recuperar		560	-	560	-	-	-
Ativo financeiro amortizável	a		(10.930)	10.930	-	-	-
Outros ativos circulantes		17	-	17	4	-	4
		<u>11.768</u>	<u>(10.930)</u>	<u>22.698</u>	<u>19.162</u>	<u>-</u>	<u>19.162</u>
Ativo não circulante							
Ativo financeiro amortizável	a	-	(82.391)	82.391	-	(7.748)	7.748
Outros ativos não circulantes		70	-	70	-	-	-
Imobilizado	b	88.106	88.106	-	7.585	7.585	-
		<u>88.176</u>	<u>5.715</u>	<u>82.461</u>	<u>7.585</u>	<u>(163)</u>	<u>7.748</u>
		<u>99.944</u>	<u>(5.215)</u>	<u>105.159</u>	<u>26.747</u>	<u>(163)</u>	<u>26.910</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo							
Passivo circulante		376	-	376	222	-	222
Fornecedores terceiros		45	-	45	50	-	50
Fornecedores partes relacionadas		5	-	5	5	-	5
Tributos e contribuições sociais		80	-	80	46	-	46
Dividendos propostos		55	-	55	55	-	55
Outros passivos circulantes		191	-	191	66	-	66
Passivo não circulante		56.400	(10.389)	66.789	20.572	(55)	20.627
Debêntures - partes relacionadas		56.381	-	56.381	20.566	-	20.566
Outras contas a pagar - partes relacionadas		19	-	19	6	-	6
Tributos Diferidos	c	-	(10.389)	10.389	-	(55)	55
Patrimônio líquido		43.168	5.176	37.992	5.953	(108)	6.061
Capital social		48.618	-	48.618	6.000	-	6.000
Reserva de Lucros		-	-	-	55	-	55
Reserva Legal		-	-	-	6	-	6
Lucro/Prejuízo acumulado	d/e	(5.450)	5.176	(10.626)	(108)	(108)	-
		99.944	(5.213)	105.157	26.747	(163)	26.910

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Receita operacional líquida	d	-	(76.954)	76.954	-	(7.748)	7.748
Custo da operação	e	-	80.520	(80.520)	-	7.719	(7.719)
Lucro bruto		-	3.566	(3.566)	-	(29)	29
Despesas gerais e administrativas		(1.144)	-	(1.144)	(677)	-	(677)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.144)	3.566	(4.710)	(677)	(29)	(648)
Resultado financeiro		(4.259)	-	(4.259)	827	-	827
Receita financeira		1.324	-	1.324	832	-	832
Despesa financeira		(5.583)	-	(5.583)	(5)	-	(5)
Lucro antes dos impostos		(5.403)	3.566	(8.969)	150	(29)	179
Imposto de renda e contribuição social		-	1.717	(1.717)	-	64	(64)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(5.403)	5.283	(10.686)	150	35	115

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias.

e) Custo de construção

O saldo de custo de construção é reconhecido nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	152	146
Aplicações financeiras	11.017	18.938
	<u>11.169</u>	<u>19.084</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

7.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)							(não auditado)	
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	7.585	88.212	(7.788)	97	88.106	80.521	-	88.106	7.585
Máquinas e equipamentos	3.283	127	-	-	3.410	127	-	3.410	3.283
Outros	4.302	88.085	(7.788)	97	84.696	80.394	-	84.696	4.302
Administração	-	97	-	(97)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	97	-	(97)	-	-	-	-	-
	7.585	88.309	(7.788)	-	88.106	80.521	-	88.106	7.585

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7.2 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

	Material e equipamentos	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Terrenos	111	-	-	111
Edificações e benfeitorias	11	-	-	11
Máquinas e equipamentos	127	-	-	127
A ratear	65.671	-	-	65.671
Adiantamentos a fornecedores	28.344	-	-	28.344
Depósitos judiciais	5.677	-	-	5.677
Outros	22.607	268	(1.262)	21.613
	122.548	268	(1.262)	121.554

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Debêntures

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
SGBH	05/2014	04/2016	Única	29/04/16	Única	29/04/16	Bullet (final)	N/A	CETIP + spread 0,70% a.a.	56.381	20.566
										56.381	20.566

Debêntures obtidas em maio de 2014 com a controladora SGBH para execução das obras da Companhia até que a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") seja assinada e liberada. A Administração entende que a assinatura do financiamento de longo prazo junto ao BNDES seja concluída até março de 2016. O saldo das debêntures foi mantido no não circulante em função de se tratar de empréstimo com partes relacionadas e em função de tratar-se de empréstimo ponte.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.000 dividido em 6.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 01 de outubro de 2015 foram subscritas 42.617.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1 cada integralizadas em moeda nacional pela SGBH.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.618 dividido em 48.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2015 e 2014</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(10.686)	115
Reserva legal (5%)	-	(6)
Base de cálculo para os dividendos	-	109
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	-	<u>55</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>1.324</u>	<u>832</u>
Receita de aplicações financeiras	1.323	832
Outras	1	-
Despesa financeira	<u>(5.583)</u>	<u>(5)</u>
Juros sobre debêntures	(5.485)	(5)
Outras	(98)	-
	<u>(4.259)</u>	<u>827</u>

11. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

11.1. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedor <i>(i)</i>	5	5
Outras contas a pagar - partes relacionadas	19	6
Debêntures	56.381	20.566

11.2. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa aluguel <i>(i)</i>	55	-
Despesa com juros de debêntures (nota explicativa 10)	(5.485)	(5)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se refere a despesas de aluguel junto a SGBH.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

12.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.169	19.084
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures - partes relacionadas	8	56.381	20.566
Fornecedores terceiros		45	50
Fornecedores - partes relacionadas		5	5

12.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

A Companhia não identifica risco de crédito no momento visto que está em fase pré-operacional.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.